

Paulinho da Força quer ouvir Rodrigo Janot na CPI da Petrobras

O deputado federal Paulo Pereira da Silva, o Paulinho da Força, (SD-SP) quer ouvir o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, na CPI da Petrobras, a investigação política dos fatos descobertos na operação “lava jato”. Ele [requereu](#) à CPI que convoque Janot para ele explicar a contratação, sem licitação, de duas empresas de assessoria de imprensa para prestar serviços à PGR.

A preocupação de Paulinho da Força é com os vazamentos de informações sigilosas relacionadas à “lava jato”. No requerimento, ele aponta a contratação das empresas como causa para essa difusão de informações a respeito das investigações.

Segundo o documento, foram os próprios funcionários da Secretaria de Comunicação (Secom) da PGR que reclamaram da situação. Sempre foi a Secom quem fez assessoria de imprensa para a PGR, e a contratação das empresas privadas fez com que a PGR tivesse duas assessorias ao mesmo tempo.

A reclamação dos funcionários é que a contratação das empresas Oficina da Palavra e In Press Comunicação causou “descontrole sobre as informações decorrentes da operação ‘lava jato’”, o que “redundou em vazamentos que colocam em dúvida a legalidade da atuação institucional do MPF”.

De acordo com o requerimento assinado por Paulinho da Força, as empresas foram contratadas, sem licitação, por mais de R\$ 500 mil. O deputado conta ainda que os servidores consideram “interessada” a nomeação do jornalista Raul Pilati para a coordenação da comunicação da PGR.

A atuação do Ministério Público Federal tem sido criticada por alguns parlamentares, principalmente pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Ele considera os fundamentos do inquérito que o investiga “ilações” que “beiram o absurdo”. Cunha acredita que Janot usou do poder de PGR para investigá-lo e favorecer o governo federal.

Por isso também foi enviado à CPI da Petrobras um [requerimento](#) para quebrar o sigilo telefônico de Rodrigo Janot e do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo. Isso porque os dois se reuniram algumas vezes em 2014 para tratar da “lava jato” e das denúncias que seriam feitas pela PGR ao Supremo Tribunal Federal contra os políticos envolvidos na operação.

O autor do pedido também é o deputado Paulinho da Força. Ele afirma que as reuniões não constaram das agendas oficiais dos dois.

Para ele, é “certo que a ocorrência de tais reuniões informais para tratar de interesses do governo em investigação judicial permeada de denúncias contra membros do primeiro escalão e contra importantes dirigentes do PT representa ilícito e graves prejuízos às instituições e investigações, merecendo a devida apuração a fim de compreender a possibilidade da manipulação do curso das investigações.”

Atualização

A Oficina da Palavra informa que o contrato que mantém com a Procuradoria-Geral da República é exclusivamente de consultoria e comunicação interna. Portanto, afirma, não tem qualquer relação com o

suposto vazamento de informações a respeito da operação "lava jato".

A empresa também explica que, em Brasília, trabalha em conjunto com a In Press Comunicação sob o nome de In Press Oficina e que o jornalista Raul Pilati nunca foi sócio das empresas.

Pilati confirma. Informa que era um dos executivos da In Press, mas nunca foi sócio-controlador ou teve responsabilidade financeira dentro da empresa.

Ele também lembra que se desligou da In Press quando recebeu, em janeiro deste ano, o convite para trabalhar na PGR. Está no cargo de secretário de comunicação do órgão desde fevereiro.

**Texto alterado às 20h50 do dia 7 de maio de 2015 para acréscimo de informação.*

Date Created

07/05/2015